

Não podemos aceitar!

Os professores da Escola Secundária de Camões, abaixo assinados, vêm manifestar publicamente a sua posição sobre as medidas de política educativa tomada pelo governo, uma vez que a escola pública e a garantia do direito à educação para todos, consignado na Constituição da República Portuguesa, estão em risco.

Das últimas medidas e propostas anunciadas, destacamos os seguintes aspetos:

- o aumento significativo do número de alunos por turma e do número de turmas por professor, que se repercute, inevitavelmente, na qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, com consequências particularmente gravosas para os alunos com dificuldades e/ou socialmente e culturalmente mais desfavorecidos;
- a alteração, já anunciada, do número de horas semanais de trabalho irá traduzir-se num processo de degradação do ensino, pois as 35 horas que constam no atual horário (22 horas contadas ao minuto na realidade correspondem a 24 horas letivas e a 13 não letivas) são já, na prática, largamente ultrapassadas;
- as constantes alterações legislativas, nomeadamente as revisões curriculares e de programas, efetuadas sem fundamentação científica, criam um clima de instabilidade, em tudo prejudicial ao desenvolvimento dos saberes que a escola deve garantir, e correspondem, nalguns casos, a um inexplicável retrocesso pedagógico;
- a intenção de levar a cabo um despedimento coletivo, que abrangerá os professores colocados em situação de horário zero e a quase totalidade dos professores contratados, revela a submissão da tutela a objetivos meramente economicistas e um alheamento face aos princípios por que se deve pautar o ensino de qualidade.

Posto isto, afirmamos que

não podemos aceitar a instabilidade profissional, o aumento do desemprego e a consequente redução do número de professores, que tanta falta fazem nas escolas;

não podemos aceitar a infundável permanência de muitos professores, com largos anos de dedicação ao ensino, na categoria de contratados, e os bloqueios impostos ao ingresso e progressão na carreira;

não podemos aceitar o regime de mobilidade especial;

não podemos aceitar, até ao absurdo, o aumento do número de alunos por turma e por professor, e do horário de trabalho;

não podemos aceitar as constantes alterações não justificadas, não discutidas e não avaliadas dos currículos e dos programas;

não podemos aceitar esta visível degradação da qualidade do ensino na escola pública, que propicia a desmotivação e o desalento dos professores.

Mostramos disponibilidade para desenvolver todas as ações que se revelarem necessárias para reverter este processo de destruição da escola pública. Assim, propomo-nos aderir a formas de luta que passem, por exemplo, pela convocação de greves em período de avaliação e dias de exames nacionais.

Não podemos aceitar!

Maria Adelina Silva Pracatado

Teresa Nova Palma
Fátima Anjo Machado
Luís Manuel de Castro Universidade Lusitana
Teresa Teresa Cristina Barrocas




Carina Costa Torres
Fátima GARCIA LIMA

Margarida Beirão
Lúcia Inês Fernandes

Álvaro José de Sousa
Manuel António Costa de Castro

Cristina Maria Costa
Teresa Teresa Costa
Lina May

 BI. 8584570

Silvia Dias

